



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Posse do Dr. *Olympio de Sá Sotto Maior* e Reunião do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça - CNPG, Curitiba-PR.

Relatório: resumo dos acontecimentos

Endereçado ao PGJ Oswaldo Trigueiro do Valle Filho

Senhor Procurador-Geral,

Em atendimento à determinação de Vossa *Excelência*, participei da posse do *Dr. Olympio de Sá Sotto Maior* na *Presidência do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça - CNPG*, em *Curitiba-PR*, fato indiscutivelmente bastante prestigiado.

A posse foi realizada no dia 15 de outubro, deste ano, por volta das 21h, no *Auditório do Museu Oscar Niemayer*, e contou com a presença de várias autoridades nacionais do *Ministério Público* brasileiro, além de autoridades do *Poder Executivo*, *Poder Legislativo* e *Poder Judiciário* do *Estado do Paraná*.

O *Governador*, *Senhor Roberto Requião*, se fez presente ao evento, bem como o *Presidente da Conamp* e alguns membros do *Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP*, como, por exemplo, o *Corregedor do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP*, *Dr. Sandro José Neis*.

Foram empossados durante a cerimônia, os vice-presidentes, da região Sul, Simone Mariano da Rocha (PGJ-RS); da região Sudeste, Cláudio Soares Lopes (PGJ-RJ); da região Centro-Oeste, Marcelo Ferra de Carvalho (PGJ-MT); da região Norte, Ivanildo de Oliveira (PGJ-RO); da região Nordeste, Maria do Perpétuo Socorro França Pinto (PGJ-CE); e do Ministério Público da União, Otávio Brito Lopes (Procurador-Geral do Trabalho).

No discurso de posse, *Olympio* ressaltou:

“O CNPG, por ser integrado pelos Chefes Institucionais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União, apresenta a vocação impar de poder traçar programas e ações nacionais - podendo-se citar, dentre tantos, o programa “O que você tem a ver com a corrupção?”, o recém editado “Manual de Controle Externo da Atividade Policial”, o acompanhamento da instalação e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares -, produzindo resultados positivos em todos os quadrantes do país e transformando nossos sentimentos de indignação contra as injustiças contidas na realidade social em comprometida atividade político-institucional para a construção de uma sociedade progressivamente melhor e mais justa”.

Olympio citou ainda o desafio do Conselho de defender as leis cuja aplicação pode transformar a realidade social, tendo em vista diversas tentativas de mudanças legislativas que podem afetar não apenas o bom trabalho do Ministério Público, como a efetiva garantia de direitos sociais. “No que diz respeito ao ordenamento jurídico, já ocorrem ataques diretos a direitos sociais significativos, com a artimanha inicial da desconstitucionalização para, em seguida e mesmo que se trate de produto de civilização do povo brasileiro, impor-lhes a deslegalização, donde a imperiosa necessidade de resistência daqueles que têm o dever de defesa do Estado de Direito Democrático”, disse. “Se o objetivo era antes de impedir que regras jurídicas de maior alcance social, mesmo diante da agonia e sofrimento do povo, acabassem “letras mortas”, tratadas como declarações retóricas ou exortações morais, postergadas na sua efetivação ou relegadas ao abandono, agora há que se acrescentar o propósito de evitar desapareçam elas de nosso ordenamento jurídico, implicando retrocesso na perspectiva da desejada construção de uma sociedade mais justa”, afirmou. “Cabe-nos reafirmar nosso compromisso, não só profissional – mas político, social e ético – com a democracia e, por assim ser, com os brasileiros que se encontram a margem dos benefícios produzidos pela sociedade”.

Após o momento solene, houve confraternização dos *Procuradores-Gerais de Justiça* e um *coquetel* para todos.

No dia seguinte, às 9 horas, aproximadamente, começaram os trabalhos da reunião do CNPG, no *Centro Integrado dos Empresários e Trabalhadores do Estado do Paraná - Cietep*, que se prolongaram até o final da tarde.

Muitos assuntos foram discutidos na predita reunião pelos *Procuradores-Gerais de Justiça*. Há um sentimento de que o *Ministério Público* precisa se aproximar mais das outras instituições.

Quase todos os *Procuradores-Gerais de Justiça* falaram sobre o tema. Aproveitei a oportunidade, como representante do *PGJ da Paraíba*, para falar e ponderei, ao encerrar, por uma maior comunicação dos nossos órgãos de representação nacional.

Em outro momento, *Ivanildo de Oliveira, Procurador-Geral de Justiça de Rondônia*, foi bem enfático na defesa da atuação do *Ministério Público*. Para ele, o *Parquet* está sendo questionado porque está trabalhando pelo cumprimento da lei, em favor da coletividade, não por omissão dos seus *Promotores de Justiça*.

O *Presidente da Conamp*, Dr. José Carlos Cosenzo, falou em seguida e colocou a *Conamp* à disposição do *CNPG* para o enfrentamento das questões de interesse do *Ministério Público*. Fez severas críticas à lei Maluf. Defendeu, ademais, como proposta pessoal, que o *quinto constitucional* fosse preenchido por mandato de 5 ou 10 anos.

O *Dr. Jarbas, Ex-Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais*, pediu que, a partir da próxima reunião, que se realizará no *Estado do Espírito Santo*, cada *Ministério Público* escolhesse um tema para defendê-lo ou uma boa prática para apresentá-la.

A reunião tinha vários assuntos para serem discutidos, mas não se conseguiu avançar muito, porque o primeiro item da pauta praticamente não se esgotou, com idas e vindas de sugestões.

Os seguintes itens estavam na pauta:

1. Ampliação do acompanhamento legislativo (integração com CONAMP e Comissões do CNDH e GNCOC – ANPR). Também produção de propostas legislativas. Acompanhar propostas do Pacto Federativo.
2. Acompanhamento julgamentos Tribunais Superiores (inclusive, memoriais e sustentação oral). Centralizar acompanhamento.
3. Ampliação das relações institucionais. Congresso Nacional. Executivo. Entidades da Sociedade Civil Organizada.
4. Intercâmbio de boas práticas administrativas e funcionais dos vários Ministérios Públicos.
5. Programa Nacional de Comunicação Social. Assessoria de Imprensa. Fórum Nacional de Comunicação e Justiça.
6. Institucionalização CNPG.
7. Incentivo à produção acadêmica sobre temas relevantes. Concurso monografia. Magistério. CDEMP. Convênios Universidades.
8. Relações com CNMP. Estudo conjunto limites intervenção.
9. Apoio planejamento. Canalização recursos extraordinários.
10. Exercício da atividade político-partidária. Afastamento para exercer cargo ou função de relevância na Administração Pública.

O *Presidente do CNPG* deu posse, ainda, ao *Procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, Alceu José Torres Marques*, para o exercício no *Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNPDh)* e posse ao *Procurador-geral de Justiça de Santa Catarina, Gercino Gerson Gomes Neto*, para o exercício no *Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC)*.

Na próxima reunião, o *Procurador-Geral de Justiça do MPDFT, Dr. Leonardo Bandarra*, disse que traria um assunto de muita importância para ser discutido. Adiantou que se tratava da utilização de *e-mail* nas comunicações dos órgãos superiores do *Ministério Público*.

Durante a reunião do *CNPG*, os *Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos* participaram de manifestação em *apoio aos*

oito objetivos do milênio, movimento da Organização das Nações Unidas em busca de soluções para graves problemas mundiais relacionados à fome, à miséria, à educação, à igualdade de gênero, à saúde e ao meio ambiente.

Ficou acordado entre os *Procuradores-Gerais de Justiça* que cada *Ministério Público* mandará um representante para o *Seminário: Estádios, Segurança e Condições de Uso*, de iniciativa do *Ministério dos Esportes*, que acontecerá nos dias 21 a 23 de outubro de 2009, no Hotel Nacional, em Brasília-DF.

No final da reunião, conversei com *Cosenzo* sobre a prisão de *Carlos Guilherme*. Entreguei ao mencionado *presidente* cópia do pedido feito pela Dra. *Janete Ismael* e cópia da decisão do *Tribunal de Justiça* sobre as condições da prisão do *Promotor de Justiça*, inclusive acrescentei que *Vossa Excelência* havia se manifestado sobre a custódia cautelar quando do recebimento da denúncia pela *Egrégia Corte paraibana* e nenhum advogado presente questionou as condições atuais do encarceramento.

Mative, ainda, contato com *Eduardo Abdon*, *Procurador-Geral de Justiça de Goiás*, para que viesse ao nosso *Ministério Público* para dar uma palestra ou algo parecido. Este *Procurador-Geral de Justiça* colocou-se totalmente à disposição do *Ministério Público da Paraíba*, inclusive chegou a dizer que poderia se fazer presente com uma equipe para nos auxiliar no que fosse possível.

Por fim, estive com o *Dr. Sandro José Neis*, *Corregedor do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP*. Reafirmou essa autoridade que em breve virá à *Paraíba* para realizar uma correição. Entretanto, ponderou que, caso haja alguma necessidade, poderá adiantar a sua chegada em João Pessoa-PB.

Seguem abaixo, fotos dos eventos:





João Pessoa, 20 de outubro de 2009.

Alexandre César Fernandes Teixeira
Assessor do PGJ